

# Gases letais são queimados em alto-mar

Cilindros com substâncias tóxicas estavam abandonados havia duas décadas em galpão no Porto de Santos

**Resolução 'apressada' para o problema e modo de descarte causaram preocupação entre ambientalistas**

**ANA CAROLINA AMARAL**  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM SANTOS

Fosfina é a substância que, em um episódio do seriado "Breaking Bad", mata instantaneamente dois criminosos que respiraram o gás. Ataques assumidos pelo Estado Islâmico também usaram a substância. No Brasil, o gás acabou sendo queimado em alto mar.

Hoje a fosfina é proibida na forma gasosa e sua comercialização, para fins industriais, só ocorre em tabletes. Mas, em dezembro de 2014, a diretoria de Meio Ambiente do Porto de Santos encontrou cilindros com o gás datados de 1995.

Ao todo, eram 115 cilindros com seis tipos de gases tóxicos e inflamáveis —como silano e fosfina— e até cancerígenos —diazometano.

Os cilindros foram importados e ficaram abandonados no armazém 11. A Codesp, empresa estatal que administra o Porto de Santos, alega não ter achado os responsáveis devido à falência da empresa dona da carga, a SID Microeletrônica, do grupo Sharp.

A SID foi uma das principais fabricantes de componentes eletrônicos para computadores, televisores e caixas automáticas no país. Ex-funcionários da empresa confirmaram à reportagem que as substâncias silano e fosfina eram importadas como matéria-prima para a fabricação dos componentes.

A maior preocupação do superintendente de Meio Ambiente da Codesp, Ivam Fernandes Doutor, era "a situação precária dos cilindros, cujas válvulas normalmente têm um prazo de validade de apenas dois anos".

Segundo ele, o transporte dos tubos também era delicado, pois o atrito de partículas

cristalizadas dos gases com as paredes internas dos cilindros seria suficiente para gerar uma explosão, comprometendo um raio de 9 km.

Devido à gravidade da situação, a Codesp optou por conduzir o assunto em sigilo.

## DESTINO: ALTO-MAR

A existência dos cilindros só veio a público em junho deste ano, quando o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Guarujá negou autorização para queima dos gases dos cilindros na Base Aérea de Santos.

A área federal, no município de Guarujá, havia sido escolhida para o procedimento por ser isolada de concentrações humanas. No mesmo mês, o Ministério Público Estadual iniciou o inquérito reunindo autoridades para discutir possíveis destinações

para o passivo ambiental.

Em julho, a empresa de emergências Suatrans foi contratada para escolher o local e conduzir a operação. Sob pressão da promotora Almachia Acerbi, que manteve as reuniões com prazos curtos para tomada de decisão, a empresa entregou análises de risco para cinco possíveis destinos: Base Aérea de Santos, Pedreira Engebritas, Ilha de Bagres, Armazém 10 (Codesp) e Região Oceânica.

Em qualquer um dos locais, os procedimentos de descarte seriam a queima dos gases e a descontaminação por diluição em tanques. Os cilindros vazios seriam retornados para aterros controlados.

A queima em alto-mar foi escolhida como a mais segura, devido à distância da população e a facilidade de dispersão dos gases pelo vento.

Com drones, submarinos, reatores, rebocadores e 12 técnicos da Suatrans voluntários para a operação de risco, os gases finalmente foram queimados a 100 km da costa. A operação foi concluída no final do mês passado.

## CRÍTICAS

A atuação do Ministério Público foi criticada por ambientalistas, que consideraram a decisão açodada, e que chegaram a pedir a realização de uma audiência pública.

Um dos autores do pedido, o especialista em Direito do Mar e professor da Unifesp Rodrigo More, consultou os documentos anexados ao inquérito civil público, mas não encontrou informações sobre as análises de risco e os planos de trabalho —que estavam em um pen drive, com acesso restrito.

Para More, "a pressa e a falta de transparência criaram pânico e impediram a consideração de outras soluções".

Para a agente ambiental do Ibama Ana Angélica Alabarce, a decisão é técnica e não caberia abrir a discussão para leigos.

No entanto, a solução não surgiu do corpo técnico, mas sim de uma reunião entre autoridades no Ministério Público —a ideia do alto-mar como destino foi atribuída à promotora Almachia Acerbi. Ela diz que "a solução não foi imposta pelo Ministério Público; também foi estudada."

Fabrizio Gandini, diretor do Instituto Maramar, lembra que o procedimento é inédito e se preocupa com a criação de um precedente. "Abre-se uma brecha para a velha ideia do mar como lixo. Agora vamos fazer todo descarte

no mar porque está longe dos nossos olhos?"

A professora de Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos, Norma Sueli Padilha, diz que a identificação dos responsáveis seria "importante para o país, que hoje tem tantos passivos ambientais esquecidos".

A promotora Almachia Acerbi lembra que o Ministério Público também investiga produtos perigosos nos armazéns do Porto de Santos e já exigiu da Codesp planos de evacuação.

A promotora já havia advertido a Codesp sobre uma possível apuração de improbidade administrativa. "Só estava sendo dura", diz ela. E resolve que "não havendo dano ambiental durante o descarte, encerramos este inquérito na promotoria de Meio Ambiente".

Marco Silva/Futura Press/Folhapress



Balsa carrega cilindros contendo gases tóxicos e é levada para longe das pessoas, em alto-mar, para procedimento de queima dessas substâncias

## CONTÊM PROBLEMAS



Cilindros continham gases explosivos e tóxicos, como fosfina, e também cancerígenos, como o diazometano. O perigo era tamanho que até mesmo o transporte dos recipientes poderia causar uma explosão —com potencial de comprometer um raio de 9 km



Operação contou com a participação de drones, submarinos, reatores, rebocadores e também de 12 técnicos de uma empresa contratada para realizar o descarte do material tóxico —que se voluntariaram para a arriscada operação em alto-mar



Os gases foram queimados a 100 km da costa no fim de setembro. Até encontrar formas para o descarte, a Codesp pediu auxílio à agência ambiental do Estado de São Paulo, a dois órgãos do Exército, aos Bombeiros, a Polícia Federal e à Cetesb